

OS ESTADOS UNIDOS E A ATUAÇÃO DE LINCOLN GORDON NO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: A CONSTRUÇÃO DA LEGALIDADE

The United States and Lincoln Gordon's performance in the 1964 civil-military bang: the construction of legality

Renato Silva Melo¹

RESUMO

Na história republicana, os militares sempre se colocaram na função de definir os objetivos do país, justificando as intervenções políticas tentadas em 1945, 1961 e finalmente em 1964. O artigo mostra como o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, teve um papel preponderante no Golpe de Estado de 1964. Gordon discutiu as estratégias e possíveis consequências do golpe, além de orientar alguns civis e militares para tornar o afastamento do Presidente João Goulart um ato legal. Para isso, contou com o apoio da imprensa e do financiamento da oposição ao governo federal. Veremos que a diplomacia e a inteligência norte-americana estavam decididas a orientar a solução golpista para por fim ao governo de João Goulart.

Palavras-chave: Lincoln Gordon, João Goulart, golpe

ABSTRACT

In republican history, the military has always placed itself in the role of defining the country's goals, justifying the political interventions attempted in 1945, 1961 and finally in 1964. The article shows how the United States ambassador, Lincoln Gordon, played a leading role in 1964 Coup d'état. Gordon discussed the strategies and possible consequences of the coup, in addition to guiding some civilians and military personnel to make President João Goulart's removal a legal act. For this, it had the support of the press and the financing of the opposition to the federal government. We will see that American diplomacy and intelligence were determined to guide the coup solution to put an end to the government of João Goulart.

Keywords: Lincoln Gordon, João Goulart, coup

¹ Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais e ex-professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisa a Terapia psicanalítica lacaniana. Contato: renatosim@yahoo.com.br

Introdução

Foi na conjuntura das eleições parlamentares de 1962 que a intervenção norte-americana no processo político brasileiro intensificou-se, ultrapassando os níveis normais de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país, enaltecendo *american way of live* e defendendo o capitalismo contra o comunismo. A autorização para a intervenção foi dada pelo Presidente John Fitzgerald Kennedy. Era irregular o financiamento de campanha pelos EUA de candidatos ao pleito de 1962 e o direcionamento de recursos financeiros para os governos estaduais alinhados aos seus interesses, caracterizando-se uma intromissão na política interna. A estratégia foi adotada para evitar que recursos da Aliança para o Progresso, reservados para obras de impacto ou quaisquer iniciativas que favorecessem a imagem dos Estados Unidos, fossem parar nas mãos do governo federal ou de governadores que criticavam os Estados Unidos, como os governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes (FICO, 2008a, p. 77-78).

Não é desprezível a atuação de grupos econômicos e sociais no golpe, sobretudo o interesse da burguesia e dos grandes proprietários em deter as Reformas de Base. A situação interna do Brasil, as tensões crescentes e a tendência golpista de certos setores da sociedade explicam, em parte, o golpe de 1964, mas alguns autores, a exemplo de Marco Antônio Villa, omitem a importância da atuação dos Estados Unidos no Brasil, na construção e execução do golpe civil-militar. Jorge Ferreira criticou a tendência de imputar a responsabilidade pelo golpe ao exterior (FERREIRA, 2016a, p. 347), pois não basta conspirar para ter apoio das potências estrangeiras. No entanto, havia grupos nacionais com um forte interesse e, de certo modo, uma tradição golpista, que se alinhou aos interesses externos para determinar o sentido e a estrutura do golpe. Tanto aqui quanto nos Estados Unidos existiam discursos e práticas pregando a necessidade de governo militar para barrar a “ameaça comunista”².

Argelina Figueiredo produziu um trabalho de grande impacto no debate sobre o golpe de 1964. Seu livro *Democracia ou Reformas* aponta outro modelo de análise do golpe

2 Rodrigo P. Sá Motta procurou estudar o anticomunismo como um fenômeno duradouro, captando as linhas de continuidade presentes ao longo da história¹, chegando a transformar-se em elemento da força política influente. MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. XXIV. Segundo a opinião militar dominante, o motor dos acontecimentos seriam as incertezas e as inquietações que se propagaram nas corporações militares. O golpe era entendido como uma ação contra a “ameaça comunista”, e não como resultado de um plano pré-estabelecido na caserna. O anticomunismo insere-se na conjuntura internacional do pós-guerra, quando os comunistas concentravam-se na guerra subversiva ou revolucionária no Ocidente. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; SOARES, Celso Castro (Org.). *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 7. No início dos anos de 1960, intensifica-se a ação da direita anticomunista junto às classes médias. JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018, p. 211.

civil-militar (FIGUEIREDO, 1993). A autora recusa o modelo sociológico determinista e economicista, mas também desvia da ideia de Wanderley Guilherme dos Santos que explica a paralisia decisória como fruto da fragilidade estrutural de alianças no legislativo durante o regime de 1964. Figueiredo, em outra direção, destaca o papel ativo dos atores políticos institucionais, sobretudo o poder Executivo e a Presidência da República na produção da crise que desaguou no golpe civil-militar. Ao radicalizar posições e pressionar o Congresso na direção das Reformas de Base, o Executivo teria fechado as portas para a negociação e para a construção das reformas estruturais possíveis dentro da ordem democrática. A conclusão da análise calcada neste raciocínio é que os atores vitimados pelo golpe produziram o contexto político que o possibilitou. Uma das críticas mais contundentes a este revisionismo se encontra em Caio Navarro de Toledo (2004a, p. 44-5). Toledo reitera sua visão de “golpe preventivo” como resposta ao acirramento da luta de classes e à política reformista do governo de João Goulart.

Este artigo parte do pressuposto de que são as relações sociais que tornam os valores inteligíveis, pois elas “são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal” (GRAMSCI, 1986, p. 47). A tentativa dos militares em constituir e exaltar um corpo de valores, que servisse como moldador de todas as relações estabelecidas pelos diversos setores sociais, exigiu uma análise tanto do plano social objetivo como também o plano subjetivo, em que o grupo se empenhava em generalizar os seus valores para toda a sociedade.

Já foi demonstrado que a imprensa teve um papel importante no processo que levaria à quebra da legalidade democrática em nome do combate ao comunismo. Naquele período houve a atuação de agências de publicidade norte-americanas que operavam no Brasil direcionando verbas somente para empresas solidárias aos interesses dos Estados Unidos. Interessa-nos mostrar é que os jornais deveriam ser explorados com editoriais “apropriados”. Os civis e militares, depois de derrubarem Goulart por um ato ilegal, buscaram criar uma “cor de legitimidade”. Nessa organização da legitimação política, o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, teve um papel preponderante para escudar o golpe no ordenamento legal. Mostraremos como o embaixador organizou a narrativa utilizada pelos militares alguns dias antes do golpe e a sua estratégia para justificar a posse dos não eleitos em abril de 1964.

Este trabalho tem por base os documentos que o governo dos EUA disponibilizou na internet, muitos “desclassificados”, provenientes de diversas áreas da administração, incluindo *cables* (os telegramas diplomáticos) do Departamento para a embaixada no Brasil, além de transcrição de reuniões reservadas e até memorandos da Agência Central de Inteligência. A série *Relações Exteriores dos Estados Unidos* apresenta o registro histórico de documentos oficiais destacando as principais decisões de política externa dos Estados

Unidos. Nesta série há evidências de apoio a determinados governos brasileiros e pontos de vista alternativos às posições políticas adotadas. As informações presidenciais mantidas e preservadas nas bibliotecas dos chefes de governo incluem alguns dos documentos relacionados a assuntos estrangeiros de outras agências federais, incluindo o Conselho de Segurança Nacional, a Agência Central de Inteligência, o Departamento de Defesa e o Estado-Maior. Toda esta documentação foi disponibilizada com o apoio da *National Archives and Records Administration* (NARA). A importância dessa documentação está em trazer um olhar externo às políticas dos governos do Brasil, do ponto de vista da potência da qual procedia parte expressiva do modelo, da doutrina e da mentalidade que moviam as lideranças militares e seus apoiadores civis, bem como fornece valiosas pistas sobre os procedimentos de tomada de decisão da política dos Estados Unidos em relação a seus aliados no exterior (JOFFILY, 2018, p. 277).³

A preparação das Forças Armadas com o apoio do grande irmão

No início do século XX, os Estados Unidos estavam praticando uma política de boa vizinhança e congratulando com a “América para os americanos”, no entanto, a partir da década de 1940, eles refinaram os seus interesses e começam a intervir de forma mais concreta no continente. No Brasil, isso fica claro ao enviar uma missão de assessoria para a recém criada Escola Superior de Guerra (ESG), um projeto de 1942 que se consolida em 1948. A história dessa escola demonstra que os militares, ao contrário do que pensava Stepan, não tinham um sentimento de modéstia em relação aos civis (STEPAN, 1986, p. 29). Após a II Guerra Mundial, os militares deixaram o papel de coadjuvante e assumiram o protagonismo das iniciativas na arena política. Mas antes afinaram o discurso com a superação das brigas e divisões internas, materializando uma ideologia hegemônica para cimentar a unidade institucional. Mais do que a vontade de aprender, os militares possuíam o desejo de potência. Muito mais do que uma escola de guerra, a ESG era uma instituição de altos estudos sociais, econômicos e políticos (MARTINS FILHO, 2016, p. 108).

Os fundadores da ESG procuraram ser incisivos no seu discurso, superando conceitos de “defesa nacional” por “segurança nacional”, mais abrangente e mais totalizante. Essa substituição estava alicerçada na ideia norte-americana da necessidade de mobilização

³ Em 17 de junho de 2014, Biden, o então vice-presidente do governo de Barack Obama, desembarcou em Brasília com um HD com 43 documentos produzidos por autoridades americanas entre os anos de 1967 e 1977. Nos relatórios constam os serviços de repressão e informações sobre censura, tortura e assassinatos cometidos pelo regime militar do Brasil. É importante destacar que, fontes ainda não exploradas pelos historiadores, em especial aqueles da vertente econômica, são os arquivos das duas organizações “irmãs” de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que possuem acervos que merecem escrutínio detalhado na área financeira para um olhar dialético.

de toda a sociedade para a vitória na “guerra moderna” (ARRUDA, 1980, p. 27-28). O uruguai René A. Dreifuss já tinha chamado a atenção para as organizações de classe numa economia de capital multinacional intervindo na economia brasileira. Ele descreveu como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), desenvolveram ações planejadas que levaram ao poder a burguesia associada ao capital multinacional. O complexo IPES/IBAD foi arrastado com vigor para a luta ideológica travada no início da década de 1960 (DREIFUSS, 1987, p. 237).

Entre meados da década de 1950, os líderes militares argentinos e brasileiros já tinham definido o corpo doutrinário que inspiraria suas ações nos anos 60 e 70, e este não era, contudo, oriundo dos Estados Unidos. Nesta mesma época, tem início a doutrina francesa de “guerre révolutionnaire”, introduzida na Escola Superior de Guerra. De fato, em 1959 e 1960, o general Augusto Fragoso mencionou os teóricos militares franceses Gabriel Bonnet e Claude Delmas. A guerra revolucionária, definida pela Escola Superior de Guerra de Paris, era a doutrina elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos revolucionários com o objetivo da conquista do poder, com a ajuda de técnicas particulares e místicas, seguindo um processo determinado e adaptado à todas as formas de guerra. Essa conceituação foi adotada no Brasil em 1961 pelo Estado-Maior das Forças Armadas (MARTINS FILHO, 2016, p. 110-111).

O papel desempenhado pelos embaixadores estadunidenses deve ser visto dentro do contexto de acordos e tratados firmados com países do cone sul da América para a contenção do comunismo e da subversão, da luta armada, da guerrilha e do financiamento de golpes. O curto governo de Jânio Quadros em 1961 foi suficiente para o ensaio de 1964. Em agosto de 1961, Jânio renunciou à presidência e seu vice João Goulart, estava na China. Houve uma tentativa de golpe pelos três ministros militares para impedir a posse Jango. No entanto, com o avanço das forças legalistas, no dia 31 de agosto, o vice-presidente João Goulart encontra com Tancredo Neves em Montevidéu, no Uruguai, para pactuar a emenda do parlamentarismo e, assim, ser aceito na condução do país. Contrariado com a diminuição dos seus poderes, Goulart aceitou o regime de gabinete, pois era o único caminho no momento (FERREIRA, 2016b, p. 335). Estes acontecimentos, patrocinados pelos militares com o apoio dos civis, serviram como “testes de golpe de Estado” contra o sistema político estabelecido, apontando os erros que deveriam ser evitados num futuro muito próximo. Os Estados Unidos, por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA) e da sua embaixada no Brasil, passaram a colaborar ativamente com institutos brasileiros ligados aos militares, financiando militares, equipamentos e propaganda (ROUQUIÉ e SUFFERN, 2015, p. 217). O governo de Washington passou a usar a arma financeira para condicionar as políticas de Jango.

O intervencionismo dos Estados Unidos na política interna do Brasil foi mais

claro nas eleições em outubro de 1962, quando se renovaria a metade dos governos, a totalidade dos deputados e dois terços do senado. O modelo de ingerência, que depois seria também usado no Chile, era comumente chamado de “desestabilização” política. O embaixador de Washington no Brasil, Lincoln Gordon, admitiu que os Estados Unidos investiram aproximadamente cinco milhões de dólares com o objetivo de inverter a vontade eleitoral. Outras fontes asseguram que foram gastos entre 12 e 20 milhões de dólares, proporcionado pela CIA por meio do *First National Bank of New York* e do *Royal Bank of Canadá*. O Presidente John F. Kennedy usou fundos da agência oficial de assistência, *United States Agency for International Development* (USAID), para a construção de obras públicas para, dessa forma, criar imagens favoráveis de candidatos aos governos estaduais que faziam oposição ao Presidente Goulart (LEACOCK, 1990, p. 119-122). Outra forma contundente de intervenção norte-americana foi quando ocorreu a revalidação do Acordo Militar de 1952, tendo à frente o general Castello Branco e o encarregado de negócios da embaixada americana, que dava ao Exército dos Estados Unidos direitos exclusivos para colaborar na organização e operação da Escola Superior de Guerra, segundo o modelo do *National War College*, de Washington. Essa revalidação significava uma base legal para uma possível intervenção armada no Brasil, com o objetivo de anular a “agressão comunista” (SKIDMORE, 1982, p. 398).

O modelo de treinamento das unidades “boinas verdes” foi o referencial adotado para a capacitação dos exércitos latino-americanos. A irrupção da “via cubana” não é suficiente para explicar tamanho esforço dos EUA. Na realidade, o preço da escalada bélica no Vietnã levou os EUA a considerarem, para a realidade latino-americana, a criação de outro tipo de mecanismo de intervenção eficiente nos assuntos internos de cada país. Para a superpotência, tornou-se prioritário evitar a exposição ao desgaste político, humano, militar e econômico de uma invasão ou ocupação territorial (COGGIOLA, 2001, p. 16).

Em meados de 1963, mediante a reativação de uma lei de remessas de lucros que afetava o capital estrangeiro, João Goulart mostrava resistência ao golpe arquitetado por Washington. Neste instante, o governo dos Estados Unidos orientou a embaixada em Brasília para advertir o presidente brasileiro. As mesmas coisas fizeram em relação à Argentina, transcorrido pouco mais de um mês da vitória de Illia nas urnas pela União Cívica Radical do Povo (UCRP). De acordo com o telegrama do Departamento de Estado, de 16 de agosto de 1963, a diplomacia deveria enfatizar, “tanto mediante a palavra como mediante a ação”, que os Estados Unidos “favorecem a reforma social e econômica e o desenvolvimento tão fortemente quanto a estabilidade financeira e a

proteção do investimento estrangeiro”.⁴ Em um outro documento, *Proposed short term Policy – Brazil*, do dia 30 de setembro de 1963, os Estados Unidos foram mais explícitos ao afirmar que queriam,

promover e fortalecer em todos os setores da vida brasileira forças democraticamente orientadas que possam conter os excessos não democráticos ou antidemocráticos de Goulart ou de seus partidários esquerdistas ou ultranacionalistas... e facilitar a sucessão mais favorável possível caso uma crise do regime leve à remoção de Goulart, e em todo caso nas eleições de 1965⁵.

Tanto no Brasil, em 1963, quanto no Chile, e um pouco mais tarde na Argentina, a determinação dos Estados Unidos em derrubar governos eleitos de tendência progressista estava cada vez mais forte. De acordo com Gordon, os Estados Unidos estavam preocupados com o avanço da esquerda no governo Goulart, pois eles temiam um golpe dirigidos pelos comunistas (BESCHLOSS, 1997, p. 306). A diplomacia e a inteligência norte-americana estavam decididas a orientar a solução golpista, como prova a designação de um adido militar da embaixada para o Brasil, o general Vernon Walter, amigo de Castelo Branco, e o envio do emissário da CIA, de nome Dan Mitrione, com a missão de organizar o contrabando de armas para os grupos paramilitares golpistas. Roberto Campos afirmou a sua estranheza quando Vernon Walters, em um telegrama enviado ao Departamento de Estado, no dia 27 de março, tinha “adivinhado” a data do golpe. Walters diz, se esquivando de ter ajudado no golpe militar, que não poderia ter dado apoio aos militares brasileiros, pois os mesmos já teriam ajudado a derrubar dois presidentes, ou seja, eram senhores das experiências golpistas bem sucedidas. Segundo Waters, é preciso compreender que naquela época os militares eram vistos como garantia da ordem e da Constituição na América Latina (RAPOPORT e LAUFER, 2000, p. 78).

O treinamento fornecido pelos especialistas dos EUA tornou-se uma oportunidade de ascensão na carreira e melhoria salarial para os militares escolhidos. Os oficiais das três forças que passavam por tais cursos conseguiam promoções mais rápidas, tinham mais oportunidades de serem chamados para tarefas especiais ou atividades de assessoramento

4 Telegrama do Departamento de Estado para a Embaixada no Brasil. 16/08/63, *Foreign Relations of the United States (FRUS), 1961-1963*, vol. XII. Documento 239. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments>. Acesso em: 18 de fev. 2021. As traduções deste e dos outros documentos seguintes são de minha autoria.

5 Documento de política preparado no Departamento de Estado e na Agência para o Desenvolvimento Internacional. 30/09/63, *Foreign Relations of the United States (FRUS), 1961-1963*, vol. XII. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d240>. Acesso em: 18 de fev. 2021.

e podiam vir a assumir protagonismos futuros que constituíam expectativas concretas de vantagens pessoais (altos postos de comando, cargos ministeriais, direção de empresas públicas, representação em missões no exterior, etc.). Este mecanismo, indiretamente, consolidava a influência da superpotência sobre a orientação da política de segurança interna dos governos locais.

Vários tratados e acordos completaram as mais variadas formas de “integração militar” ao colocar os exércitos latino-americanos sob controle quase direto dos EUA. O acordo militar mais conhecido foi o das chancelas para manobras navais UNITAS, iniciadas em 1957, com a presença conjunta das frotas dos EUA, da Argentina, do Brasil e do Uruguai. Essas manobras navais consagraram o fim da influência militar britânica na América Latina e o triunfo completo das pressões militares e políticas norte-americanas para obter a hegemonia na região. A inserção das Forças Armadas da América Latina, visando a contenção anticomunista, diminuiu os gastos que a superpotência dispensava as suas tropas, desobrigando-as de ações diretas questionáveis, diante da opinião pública e do direito internacional, e repassava a outros países o desgaste com o combate aos focos “subversivos”. Os EUA, com a sensível diminuição do custo da manutenção da rede de proteção e de segurança dos seus próprios interesses, combinado com as expectativas comerciais da indústria bélica, beneficiaram-se do lucro gerado por essa engenharia político-militar, emoldurada pelo discurso da segurança. Por isso, o Programa de Assistência Militar foi projetado para impulsionar e conquistar as forças alternativas, “já que ajuda a manter forças militares que complementam nossas próprias forças armadas” (COGGIOLA, 2001, p. 16).

A gestação do golpe na Casa Branca

Um documento de 17 de dezembro de 1962, mostra o quanto a questão do apoio a qualquer forma de intervenção já estava sendo discutida ainda no governo Kennedy. Lincoln Gordon afirma “Ele [Goulart] está dando o maldito país para os ... [Presidente Kennedy]: Comunistas. Gordon: As forças armadas brasileiras são muito amigáveis para nós: muito anticomunistas, muito desconfiados de Goulart”.⁶ Após esta afirmação, Richard Goodwin diz: “Porque nós podemos muito bem que eles [as Forças Armadas brasileiras] assumam o controle no final do ano”.⁷ As fitas transcritas da Casa Branca revelaram a evolução da decisão do Presidente Kennedy de criar um clima de golpe para permitir a derrubada de Goulart, se ele abdicasse dos interesses de Washington. O ponto

⁶ US Embassy, Rio de Janeiro, Airgram A-710. Minutes of conversation between Brazilian President Joao Goulart and Attorney General Robert F. Kennedy, Brasília, 17 December 1962. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

⁷ *Idem.*

mais expressivo da conversa é o que destaca a vontade das Forças Armadas assumir o governo até o “final do ano” com um golpe. Se essa conversa de dezembro de 1962 avança nessa hipótese, entende-se que o assunto já tinha se esgotado tanto lá como aqui, ou seja, o golpe poderia mesmo acontecer já em 1963.

Jango teve seu governo questionado pelos conservadores desde o início, acusando-o de ser vinculado aos comunistas. Na verdade, essa crítica não tinha fundamento, pois como apontou Roberto Campos, embaixador de Jango nos Estados Unidos, “Goulart, com seu background de latifundiário, estava longe de ser o protótipo de um esquerdista radical. Mas estava sendo empurrado para a radicalização na perigosa esperança de cavalgar o tigre sem ser comido por ele” (CAMPOS, 1994, p. 547). Na Câmara Americana de Comércio, às vésperas de sua ida aos EUA, Goulart afirma: “O governo Brasileiro não alimenta a mínima prevenção, nem cultiva qualquer sorte de preconceito ou má vontade com aqueles que representam ou defendem os interesses do capital estrangeiro” (VILLA, 2014, p. 30). Isso reforça a tese de que Goulart não era um político anticapitalista, o que fragiliza o discurso de “ameaça comunista”, como justificativa para o golpe. Em 1963, Goulart consegue sua mais notável vitória, a derrubada do regime parlamentarista e o reestabelecimento do modelo presidencialista. O general Amaury Kruel, ministro da guerra de Goulart, afirmara que o parlamentarismo emperrava a administração e o ritmo vital do país (VICTOR, 1965, p. 445).

Devido a uma anulação pelo Supremo Tribunal Federal, ainda em 1963, da eleição de sargentos aos cargos de representação política, alegando tratar-se de indivíduos inelegíveis, por serem militares, uma rebelião inicia-se em Brasília. Para o jornal *Los Angeles Times*, Carlos Lacerda, no dia seguinte a rebelião dos sargentos, proclamava que “as Forças Armadas estavam somente esperando o momento adequado para derrubar o presidente” (VILLA, 2014, p. 39). Segundo Caio Navarro de Toledo, a polarização política e a dificuldade de fazer uma boa análise da situação política e social dificultaram uma solução consensual, sobretudo no parlamento e conduziram o país a uma inevitável situação de ruptura institucional (TOLEDO, 1997). Ele contrapõe a questão econômica como elemento central na situação do golpe civil e militar destacando a situação política e social, sobretudo as tensões crescentes no campo, a organização de grupos de atuação política tanto de Esquerda (UNE, Ligas Camponesas, PCB), como de Direita (Movimentos Católicos, IPÊS, IBAD), estes últimos financiados pelo governo norte-americano. Para ele, o governo Goulart representou, de um lado, a tentativa de se fazer avançar a economia para um novo patamar do capitalismo brasileiro e, de outro, a procura de soluções para os graves conflitos e tensões sociais que se agudizavam a partir do período desenvolvimentista (TOLEDO, 2004b, p. 32). Goulart apostava, porém, no apoio dos setores da burguesia industrial para as reformas de base, em detrimento da elite agrária, o que se constituiu

em um profundo engano, com graves consequências. Considerava também que haveria sustentação de seu governo por parte dos movimentos de classe, organizações políticas, o que mostrou-se insuficiente (TOLEDO, 2004b, p. 33).

Uma pesquisa realizada em 1964, as vésperas do golpe, atestava que não havia massiva rejeição popular a Goulart, mas também havia uma forte oposição à ideia de golpe de estado, rejeitada por 95% do público consultado (NETTO, 1964, p. 103). Outra pesquisa relevante, perguntando “Se o presidente João Goulart também pudesse candidatar-se à Presidência”, feita em diversas capitais do país, em 26 de março de 1964, atestava que a rejeição a Goulart não era expressiva, sendo que em cidades como Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre este possuía mais de 50% de intenção de voto. A maior rejeição a Goulart era em Belo Horizonte, em que 56% não votaria nele.⁸

Entre os documentos sobre o envolvimento dos Estados Unidos no golpe civil-militar de 1964, merece destaque *A Contingency Plan for Brazil* (Plano de Contingência para o Brasil), de 11 de dezembro de 1963, escrito por Lincoln Gordon, então embaixador dos EUA no país, e Benjamin H. Head, secretário executivo do Departamento de Estado na época. No plano elaborado, os diplomatas elencam desfechos plausíveis para crise institucional e política do Brasil e sugerem possíveis ações do governo americano. Como o plano é construído abstratamente com cenários factíveis, ele deve ser constantemente atualizado de acordo com os acontecimentos em curso. O plano, embora pretendesse apresentar panoramas admissíveis para agir, aponta o desejo político de Gordon e seu corolário ideológico. Como nos lembra Carlos Fico, houve, de fato, uma coincidência entre o plano de contingência de 1963 e aquilo que os conspiradores executaram, tratando de um exemplo eloquente de que os brasileiros que derrubaram Goulart observaram algumas das sugestões dos emissários norte-americanos (FICO, 2008b, 70-71).

Os militares brasileiros já estavam a bastante tempo se organizando para tomar o poder. O serviço secreto dos Estados Unidos repassou um documento ao embaixador Gordon em que os militares receberam instruções, via questionário, para “colocar as unidades de prontidão para resistir aos movimentos antidemocráticos do presidente ou da esquerda”⁹. Um “segundo questionário destinado apenas aos oficiais mais confiáveis, sugere que a responsabilidade por dar um sinal de ação contra o regime seja atribuída a um único oficial sênior”¹⁰. Gordon está tão empenhado no grupo formulador do golpe que afirma, em um longo telegrama, no dia 28 de março de 1964, para o Departamento de

8 Resultados comparado da pesquisa de opinião realizada nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, 9 a 26 de março de 1964. Fundo IBOPE, MR/0277, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp. Campinas (SP), folha 19.

9 Telegrama da Embaixada no Brasil ao Departamento de Estado. 26/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964-1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d186>. Acesso em: 19 de fev. 2021.

10 *Idem.*

Estado dos EUA, que “Goulart está agora definitivamente engajado em uma campanha para tomar o poder ditatorial, aceitando a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários de esquerda radicais para esse fim”.¹¹ Segundo Gordon, o objetivo de Goulart “não é de fato garantir reformas sociais e econômicas construtivas, mas desacreditar a constituição existente e o Congresso”.¹²

O embaixador dos EUA precisava criar uma narrativa que justificasse as ações, o investimento e o apoio a favor da oposição a Jango. O telegrama citado acima é um dos mais importantes por preparar o golpe iniciado no dia 31 de março. Este documento descreve o espectro político para seus superiores. Ele afirma que há nas Forças Armadas, “vários oficiais de extrema esquerda, que receberam preferências e designações importantes de Goulart, mas a esmagadora maioria é legalista e anticomunista e há uma minoria modesta de apoiadores de golpe de direita de longa data”.¹³ O embaixador escreve aos seus superiores dizendo que o mais “significativo é a cristalização de um grupo de resistência militar sob a liderança do general Humberto Castello Branco”. Castello Branco é considerado “um oficial competente, discreto, honesto e profundamente respeitado, que tem uma forte lealdade aos princípios legais e constitucionais”.¹⁴ Percebe-se que o embaixador dos EUA estava muito bem informado sobre todo o andamento da oposição de Goulart, bem como das estratégias políticas utilizadas por Castello Branco.

O dia 28 de março de 1964 é tão crucial para os Estados Unidos que Gordon faz questão de descrever os governadores que estavam apoiando o golpe, além de destacar as forças favoráveis no Congresso e nas Forças Armadas, sempre destacando a liderança de Castello Branco. Ao que tudo indica, esse oficial do Exército era quem mantinha contato direto com Gordon, tamanho conhecimento dos detalhes da organização do movimento pró-golpe. O embaixador dos EUA afirma que “se nossa influência é exercida para ajudar a evitar um grande desastre aqui - o que pode fazer do Brasil a China da década de 1960 -, é aqui que eu e todos os meus conselheiros seniores acreditamos que nosso apoio deve ser colocado”.¹⁵ No restante desta importante comunicação, Gordon fala do desdobramento da ajuda organizada anteriormente, tanto no Plano de Contingência quanto na denominada Operação *Brother Sam*, que deveria entrar em ação para apoiar os insurgentes contra João Goulart.

O embaixador Gordon estava tão convicto da necessidade da intervenção militar

11 Telegrama do Embaixador no Brasil (Gordon) ao Departamento de Estado. 28/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d187>. Acesso em: 20 de fev. 2021.

12 *Idem.*

13 *Idem.*

14 *Idem.*

15 *Idem.*

que ele mesmo orientou a montagem da Operação *Brother Sam*. A Operação já tinha sido discutida, elaborada e estabelecida desde muito antes do golpe, por meio dos telegramas do embaixador Gordon.¹⁶ Ele diz que o “objetivo de Goulart é perpetuar-se no poder através de um golpe como o de Vargas em 1937 (...). Se Deus é realmente Brasileiro, Goulart terá uma recaída do problema cardíaco que sofreu em 1962.”¹⁷ A operação foi organizada com a mobilização de uma força naval localizada na sede do Comando Sul Norte-Americano no Panamá, para apoiar um potencial levante militar brasileiro. Para instrumentalizar o golpe, houve o desenvolvimento desta Operação, sistematizado em um telegrama de 28 de março de 1964, no qual o embaixador Lincoln Gordon pede a entrega clandestina de “armas de origem não americana” para os apoiadores de Castello Branco em São Paulo. Isso poderia ser feito por um “submarino não-marcado”, à noite, juntamente com o envio de uma força-tarefa naval.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA autorizou o pedido com uma esquadra composta pelo porta-aviões *Forrestal*, seis contratorpedeiros com 110 toneladas de munição, um porta-helicóptero, aviões de caças, um posto de comando aerotransportado, navios com mísseis teleguiados e quatro petroleiros que traziam 553 mil barris de combustíveis. Houve o acréscimo de munição e gás lacrimogêneo para eventual necessidade. Na hipótese de transporte aéreo, havia a necessidade de um “aeroporto seguro para receber jatos” e uma “cobertura de combate durante o trânsito pelo Brasil” (GASPARI, 2014, p. 101). Embora os EUA estivessem prontos para o apoio na terra, ar e mar, o porta-aviões *Forrestal* não adentrou o mar brasileiro, pois o golpe teve um resultado além das expectativas norte-americanas, previsto no Plano de Contingência.

No telegrama de 28 de março, Gordon chama atenção de seus superiores para a necessidade do “reconhecimento imediato dos EUA” do futuro governo. Ele lembra que o Plano de Contingência tinha sido revisado no dia 9 de março e o governo dos EUA adotou “medidas complementares com nossos recursos disponíveis para ajudar a fortalecer as forças de resistência. Isso inclui apoio secreto aos comícios de rua pró-democracia”.¹⁸ Ele pede que a equipe de Washington mobilize palavras na imprensa contra os “eventos” apoiados por Jango e que demonstrem encorajamento aos “sentimentos democráticos e anticomunistas no Congresso, Forças Armadas, grupos amigáveis de trabalhadores e estudantes, igreja e negócios”.¹⁹ O embaixador ressalta que poderá solicitar “fundos

16 ARQUIVOS DA DITADURA. Telegrama do Embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado. Telegrama 373, 21/08/1963. Disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/gordon-reafirma-telegrama-suas-posicoes>. Acesso em 22 de fev. 2021.

17 *Idem*. Veja também: (GASPARI, 2014, p. 99).

18 Telegrama do Embaixador no Brasil (Gordon) ao Departamento de Estado. 28/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d187>. Acesso em: 23 de fev. 2021.

19 *Idem*.

suplementares modestos para outros programas de ação secreta no futuro próximo” e que o “nosso apoio manifesto, tanto moral e material e até mesmo a um custo substancial, pode muito bem ser essencial para manter a espinha dorsal da resistência brasileira [ao governo de Goulart]”.²⁰ Ou seja, o governo dos EUA não só operacionalizou uma atuação militar ativa como também garantiu apoio manifesto, por meio de declarações na imprensa, ajuda material e fundos para “ação secreta” para o governo pós-Goulart.

O engajamento na derrubada do governo de João Goulart foi tão expressivo que no mesmo dia 28 de março de 1964 houve uma reunião em Washington com todos os grupos que ligavam diretamente com a política externa, inclusive com membros da agência de espionagem. Nessa reunião ficou acertado que o governo deveria agir com cautela com as forças anti-Goulart e que a imprensa deveria ser explorada pelos agentes do Governo americano, principalmente com editoriais “apropriados” nos jornais *New York Times* e o *The Washington Post*.²¹ Embora o *Washington Post* não tenha publicado um editorial “apropriado”, o *New York Times* publicou que a situação política no Brasil está quase um caos, e que o “Presidente Goulart é uma curiosa combinação de teimosia e fraqueza. Nos últimos anos, ele provou que ama o poder, precisa do poder e fará quase tudo para segurá-lo”²².

A tensão do dia 28 de março continuava tão grande que o assistente especial do Presidente Lyndon B. Johnson, McGeorge Bundy, questionou a necessidade, sugerida por Gordon, de uma declaração pública do governo. O assistente aconselhou a implementação de “comentários ativos na imprensa contra Goulart, pois isso fortalece seus oponentes”, sem, no entanto, estabelecer vínculo com o governo dos Estados Unidos.²³ De fato, a partir daí aumentaram as críticas na imprensa contra o governo de Goulart. A crise na Marinha brasileira serviu de base às escusas americanas, sendo tratado no telegrama do dia 28 de

20 *Idem.*

21 Memorando de Conversação. 28/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d188>. Acesso em: 23 de fev. 2021.

22 THE NEW YORK TIMES, 31 de março de 1964, p. 34. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1964/03/31/business/media>. Acesso em: 23 de fev. 2021.

23 Telegrama do Assistente Especial do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional (Bundy) ao Presidente Johnson no Texas. 28/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d189>. Acesso em: 23 de fev. 2021.

março por Gordon.²⁴ Hoje sabemos dos antecedentes do golpe e o papel desempenhado pela imprensa no processo que levaria à quebra da legalidade democrática, em nome do combate ao comunismo.²⁵ Naquele período houve a atuação de agências de publicidade norte-americanas que operavam no Brasil, detentoras de contas de grandes empresas estrangeiras, como instrumentos de cooptação da mídia, por meio da distribuição de verbas publicitárias. Jornais, revistas, emissoras de rádio e TV eram financiados e os veículos de imprensa ou diários que se recusavam a participar do esquema, que incluía a publicação de matérias pagas sem serem caracterizadas como tal, eram discriminados na destinação de verbas publicitárias. Um exemplo foi o boletim denominado Ação Democrática, que chegou a publicar listas de empresas que anunciavam em publicações que eram consideradas de esquerda, como o diário do sul Última Hora, caracterizando essas corporações como financiadoras do comunismo no Brasil (DANTAS, 2014, p. 68).

O jornal *Correio da Manhã*, um jornal de tendência liberal, no dia 31 de Março de 1964, lançou um editorial com o título: “Basta!”. Em suas linhas havia uma ferrenha crítica ao governo e à pessoa do Presidente João Goulart, acusando-o de desencadear uma “guerra psicológica” e de criar as condições de tensão e conflito no país.²⁶ O mesmo diário, no dia seguinte, com o golpe em andamento, lançaria um outro editorial intitulado “Fora！”, afirmando que “durante dois anos o Brasil aguentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.²⁷ O jornal

24 A crise na Marinha começou no dia 24 de março, quando o ministro da pasta, Sílvio Mota, prendeu seis líderes da Associação dos Marinheiros por atividades políticas. No dia 25 de março, a Associação dos Marinheiros respondeu com uma manifestação no prédio dos metalúrgicos da Guanabara, recusando-se a sair até que um novo ministro libertasse seus membros. Depois de negociar por 3 dias, Goulart aceitou os termos dos marinheiros, forçando a demissão do Ministro Sílvio Mota. Esse resumo foi repassado por Gordon para o Departamento de Estado em Washington. Cf.: Telegrama do Embaixador no Brasil (Gordon) ao Departamento de Estado. 29 /03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d191>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

25 O jornal *New York Times* seguiu a orientação de McGeorge Bundy e de Gordon (documento 189), pois na edição do dia 1 de abril de 1964 foi publicado: “Na semana passada, Goulart se recusou a punir 1.425 marinheiros que haviam se amotinado em apoio a um fuzileiro naval de esquerda. Após disputa acirrada com os comandantes militares, Goulart praticamente instigou novas insubordinações em um discurso aos sargentos” (FRANKEL; SZULC; BURKS, 2014, p. 131).

26 De acordo com o jornal, existia um clima de intranquilidade e insegurança na classe produtora, inflação em alta e um custo de vida que afetava a classe média e a classe operária sem precedentes. Em relação aos militares perguntava: “Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas, por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? (...) Basta de farsa! Basta da guerra psicológica que o próprio governo desencadeou”. Cf.: CORREIO DA MANHÃ. Editorial, 31 de março de 1964. Disponível em: https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/basta_cm.pdf. Acesso em: 25 de fev. 2021.

27 CORREIO DA MANHÃ. Editorial, 01 de abril de 1964. Disponível em: https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/fora_cm.pdf. Acesso em: 25 de fev. 2021.

repete algumas frases do dia anterior como “clima de intranquilidade e insegurança”, bem como a “total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas”. *O discurso repetiu-se em todos os jornais: quebra da hierarquia, falta de disciplina nas Forças Armadas. Observase, pela interrupção, que havia uma consonância entre as falas de Gordon e os editorias dos principais diários no período, pois eles repetiam expressões que não faziam parte de seu dia a dia, como a questão da hierarquia militar.*

O Departamento de Estado Norte-Americano enviou um outro telegrama para Gordon, no dia fatídico de 28 de março de 1964, pedindo a sua avaliação sobre o bloqueio de importações de café, sobre as negociações das dívidas brasileiras e sobre a interrupção dos empréstimos ao governo de João Goulart. Essas medidas, acreditavam, desestabilizaria ainda mais o governo brasileiro, ampliando o palco para os insurgentes.²⁸ No dia seguinte, o embaixador responde ao Departamento de Estado que as ações pró-golpe devem ser rápidas pelo efeito psicológico: “Dada a predileção brasileira por unir causas vitoriosas, o sucesso inicial poderia ser a chave para o lado em que muitas forças indecisas pousariam e, portanto, a chave para promover a vitória com o mínimo de violência”.²⁹ Gordon, no dia 29 de março, além de cancelar uma viagem programada para Alagoas e Bahia, pois assim provocaria algum suspense por se fazer representar por outro enviado da embaixada, afirma que “nossos contatos discretos e informais com brasileiros amigáveis também ajudam. Porém, nada que possamos fazer aqui será tão influente quanto uma declaração de alto nível de Washington”.³⁰ Consciente dos próximos passos a serem dados pelos militares e civis, Gordon antecipa o pedido de uma declaração favorável aos novos sujeitos que entrarão em cena.

O adido do Exército no Brasil, Vernon Walters, teve um papel importante no dia 30 de março de 1964, quando desenhou o quadro de militares que estavam com Castello Branco. Tanto Walters quanto Gordon (e mesmo alguns militares do alto escalão) acreditavam que o movimento partiria de São Paulo, pois haveria uma reunião de governadores em Porto Alegre em que estabeleceriam a data do golpe. O general “Cintra afirmou que a mudança ocorrerá durante a próxima semana, exceto razões imperiosas para o adiamento, uma vez que esperar mais só ajudaria Goulart”.³¹

28 Telegrama do Departamento de Estado ao Embaixador no Brasil (Gordon). 28/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d190>. Acesso em: 26 de fev. 2021.

29 Telegrama do Embaixador no Brasil (Gordon) ao Departamento de Estado. 29/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d191>. Acesso em: 26 de fev. 2021.

30 *Idem.*

31 Telegrama do Adido do Exército no Brasil (Walters) ao Departamento do Exército. 30/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d192>. Acesso em: 01 de mar. 2021.

Walters, conforme suas memórias, disse ao embaixador Gordon que “a provocação que os conspiradores aguardavam acabara de ser dada pelo presidente Goulart ao tentar perturbar a disciplina, a unidade e a hierarquia das Forças Armadas” (WALTERS, 1980, p. 396). Gordon respondeu-lhe que o ponto crítico poderia chegar em breve, talvez no dia seguinte, ou seja, no dia 31 de março de 1964. Percebe-se o reforço das palavras disciplina e hierarquia ligadas às Forças Armadas nas palavras de Walters.

Lincoln Gordon e a construção da “legalidade”

Norberto Bobbio fala da necessidade de especificar quais são os problemas relacionados à legitimidade e quais são aqueles relativos à legalidade (BOBBIO, 1967). A legalidade reflete o acatamento a uma estrutura normativa posta, vigente e positiva e a legitimidade incide na esfera da consensualidade dos ideais, dos fundamentos, das crenças, dos valores e dos princípios ideológicos. Sua aplicação envolve, como concepção do direito moderno, a transposição da simples detenção do poder e a conformidade do justo advogados pela coletividade. Raymundo Faoro afirma que não é possível falar em legitimidade no regime militar. Para ele é fundamental pensar a questão da ideologia para desmascarar a mistificação da legitimidade. Os próprios “ditadores, pobres de autoridade, insones com a equação de poder, que deve ser diariamente articulada para justificá-los, se socorrem da legitimidade fictícia, em homenagem que o vício presta à verdade, quando a hipocrisia entra em cena” (FAORO, 1981, p. 44). Quando os militares cometem um ato ilegal ao depor um presidente, foi necessário criar uma legitimidade para em seguida criar uma legalidade, pois o Estado moderno precisa se escudar no ordenamento legal.³²

32 José Eduardo Faria afirma que o “sistema político jurídico no âmbito das normas constitucionais, não expressa uma violência arbitrária, mas a sanção, pelo apoio da força, dos valores culturais da sociedade” (FARIA, 1978, p. 37). O autor acredita que a violência é justificada consensualmente como algo necessário à implementação de um direito legítimo, desde que as normas estejam fundadas em “valores” sociais. Em outra passagem, Faria tenta encontrar a legitimidade do direito pela violência, afirmado que não basta o exercício legal da força, mas que seu uso seja legítimo, concluindo que uma norma é legítima quando sustentada sobre um valor. FARIA, José Eduardo. *Poder e Legitimidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 80-81. Para legitimar a sua função de perito e atingir o seu objetivo e persuasão, além de mostrar-se digno de fé, o líder tem que construir a sua identificação com o seu público. Para isso, necessita apresentar-se como um igual, como um simples membro do grupo. Para apreendermos os processos de socialização, normas e valores típicos da forças armadas, a evolução de sua doutrina, temos que acompanhar todos acontecimentos ao longo do século XX e a busca de protagonismo na caserna. O ativismo político dos oficiais, ao ser considerado legítimo por parte importante dos golpistas de 1964, revela a “natureza do próprio regime militar e suas ambiguidades simbólicas”. CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis: revolta e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 13. Marcus Figueiredo afirma que os militares usaram da coerção política como recurso de poder. Segundo esta análise, os ditadores de plantão almejariam uma estabilidade política que só seria possível em uma situação de equilíbrio estático, fruto da supremacia absoluta de uma das forças do sistema político. A coerção serviria para manter o regime estável, legitimando-se com baixo nível de conflito político. FIGUEIREDO, Marcus F. A Política de Coação no Brasil Pós-64. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 105-202.

Já que a confraternização do golpe estava preparada, cabia aos insurgentes, ainda no dia 30 de março, resolver um problema de grande envergadura quando se faz mudança de poder na legalidade: o problema da legitimidade e o ordenamento jurídico legal, pois só assim o Estado será detentor da violência legal. Diante da incerteza judicial, o Departamento de Estado dos EUA sugeriu que a ação “tomada pelas Forças Armadas fosse precedida por demonstração clara de ações de inconstitucionalidade por parte de Goulart ou de seus colegas”.³³ Significa dizer que, decidida a deposição de Goulart, procurou-se meios legais para justificá-la. Inverteu-se a lógica dos princípios de um Estado de Direito moderno, que é a demonstração da ação inconstitucional pelo governante para depois, por meio legais, formular a culpa no Congresso, para então, pela maioria dos representantes substituir o presidente. Além do grupo de civis e militares procurar justificar as ações governamentais de Goulart como sendo inconstitucionais, a legitimidade deveria contar com os atos do Congresso. A imprensa, como vimos, já tinha sido conectada ao discurso do grupo. O arcabouço jurídico, o suporte econômico-financeiro e a assistência militar vem coroar as ações posteriores.³⁴

No dia 31 de março, às 9 horas, o embaixador Gordon envia um telegrama para o Departamento de Estado divulgando o início do golpe de estado no Brasil: “O balão subiu’ em Minas Gerais e a revolta contra o governo de Goulart deve começar em São Paulo em cerca de duas horas”.³⁵ Em Minas Gerais, “o líder da insurreição foi o Gen. Mourão Filho, Comte. da 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora”.³⁶ Observemos que a CIA, naturalmente, estava atenta aos acontecimentos. Tanto é assim que, às 10 horas, “a CIA confirmou que um movimento revolucionário anti-Goulart realmente começou em Minas Gerais e que Mourão Filho está liderando um número não especificado de tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro”.³⁷ No Rio de Janeiro, no dia 31 de março, apenas o Forte de Copacabana e a Fortaleza de São João estavam prontos para entrar em ação, mas não somavam pouco mais do que algumas dezenas de militares juntos. Somente quando Jango voou do Rio para Brasília é que o “dispositivo” do 1º Exército se desfez e se tornou “revolucionário”.

O embaixador Gordon, nesse 31 de março, comunicou aos governadores do Brasil que iriam apear Jango do poder, da necessidade da “cor de legitimidade” ao golpe,

33 Telegrama do Departamento de Estado para a Embaixada no Brasil. 30/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d194>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

34 *Idem.*

35 Telegrama da Embaixada no Brasil ao Departamento de Estado. 31/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d195>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

36 *Idem.*

37 *Idem.*

enfatizando o imperativo da “conveniência política do Congresso”.³⁸ A ação deve parecer legítima e o grupo deve apresentar-se como defensores da Constituição. Conforme a preleção justificadora de Gordon, Goulart tinha dado razão ao golpe quando discursou para os sargentos da Marinha, provocando a insubordinação, embora tenha feito referências à “Constituição e à legalidade”. Para Gordon, no entanto, isso foi um “disfarce” em sua aptidão “nacionalista verde e amarela”, um estratagema do seguidor dos “modelos vermelhos”.³⁹ O embaixador mostra-se alegre ao receber a notícia de que Kubitschek havia declarado oposição a Goulart.

Ainda no dia 31, em outra comunicação, além do apoio de Minas Gerais, de civis e militares, e do possível cerco ao Rio de Janeiro, George Ball fala da construção do “discurso” constitucional: “Enquanto isso, eles esboçam um impeachment, nos círculos do Congresso, de Goulart”. Os líderes do golpe “listaram todas as ofensas contra a constituição que alegam. E há muita discussão ao redor para ver o que poderia ser feito, presumivelmente, para formar algum tipo de governo civil que poderia reivindicar legitimidade”.⁴⁰ Como a tomada do poder já estava decidida bem antes, o passo que deveria ser dado no dia do golpe era a busca da legitimidade para convencer os países irmãos da imponderabilidade do fato. Com todos os passos dados até o dia 31 de março, com apoio e orientação dos EUA, Ball instrui a “Gordon para não fazer mais contato com os brasileiros até vermos como a situação se desenvolve”.⁴¹ Percebe-se que o encaminhamento da ocupação do poder não deveria mostrar o envolvimento da embaixada ou do Estado Maior dos EUA.

Nesse mesmo 31 de março de 1964, o Secretário de Estado Dean Rusk disse a Thomas Clifton Mann que o Golpe de Estado estava emergindo no Brasil e que haveria a necessidade de montar a Força-Tarefa para apoiá-lo posteriormente. Todos os grupos, secretarias e sistemas de inteligências dos EUA foram mobilizados para atualizar o Plano de Contingência. No caso de uma guerra civil no Brasil, os “EUA devem estar preparados unilateralmente para fornecer armas e outros apoios materiais de forma explícita, empregando todos os meios disponíveis, à facção cuja vitória serviria melhor aos interesses dos EUA”.⁴² O grupo recomendou a moratória voluntária dos países credores por um

38 Telegrama da Embaixada no Brasil ao Departamento de Estado. 31/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d197>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

39 *Idem*.

40 Conversa telefônica entre o Subsecretário de Estado (Ball), o Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos (Mann) e o Presidente Johnson. 31/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d199>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

41 *Idem*.

42 Nota Editorial. 31/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d196>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

período de três meses para o pagamento da dívida brasileira.

É imprescindível destacar que no dia 31 de março daquele ano ocorreu outra conversa entre o Subsecretário de Estado Norte-Americano, George Ball, junto ao Subsecretário para Assuntos Interamericanos, Thomas Clifton Mann e o Presidente Lyndon Johnson. O Presidente Johnson diz: “Acho que devemos dar todos os passos que pudermos e estar preparados para fazer tudo o que for preciso, exatamente como faríamos no Panamá, se isso for possível”. George Ball concorda: “certo. Obrigado, senhor presidente. (...) nós simplesmente não podemos aguentar isso, e eu vou ficar atento à situação”⁴³ (GASPARI, 2014, p. 103). Não houve a resistência esperada do governo de Jango e a mobilização de guerra foi suspensa. O que mostra que Gordon foi um ótimo estrategista político e militar, fruto de longos colóquios com os civis e militares pró-golpe.⁴⁴

O deputado mineiro e professor de direito, San Tiago Dantas, na manhã do dia 1º de abril de 1964, a manhã do golpe, aconselhou o Presidente João Goulart para não ser imprudente, pois o golpe em andamento tinha apoio do Departamento de Estado Norte-Americano, indicando a possibilidade daquele governo vir a reconhecer a existência de um outro governo no Brasil (SILVA, 1975, 404; GASPARI, 2014, p. 98). Num memorando confidencial de 1º de abril, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, dirigiu-se a Mann: “era extremamente importante que os EUA não interferissem fazendo qualquer declaração, qualquer que seja”. O Sr. Mann pediu que, “transmitisse esta mensagem à Casa Branca e o governo dos EUA permaneça em segundo plano e não faça nenhuma declaração que possa prejudicar as forças amigas de nós no Brasil”.⁴⁵ Carlos Lacerda foi um interlocutor importante dos EUA na preparação e execução do Golpe de Estado de 1964. Habilidoso nas questões diplomáticas, pede o afastamento dos Estados Unidos a partir do dia 1 de abril, pois os acontecimentos estavam ocorrendo segundo os cálculos estratégicos dele e de Gordon.

43 Conversa telefônica entre o Subsecretário de Estado (Ball), o Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos (Mann) e o Presidente Johnson. 31/03/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d199>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

44 RAPOPORT e LAUFER, 2000, p. 78-79. Comunicação *Top Secret* da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro para o Estado Maior Conjunto em abril de 1964. Phyllis Parker, historiadora norte-americana publicou vários documentos que demonstram a participação ativa dos militares dos Estados Unidos para intervir no Brasil (PARKER, 1977). Hoje temos acesso a alguns documentos que na época a autora não possuía. Ronaldo Costa Couto fala do assunto (COSTA COUTO, 1999, p. 26). Gordon retoma essa discussão em um artigo para a Folha de São Paulo na tentativa de diminuir a influência dos Estados Unidos no golpe. GORDON, Lincoln. Os EUA e a deposição de Goulart. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 10 de Setembro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc10099914.htm>. Acesso em: 05 de mar. 2021.

45 Memorando do Assistente Especial do Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos (Boster) ao Assistente Especial do Secretário de Estado. 01/04/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d200>. Acesso em: 05 de mar. 2021.

O Estado Maior, com George Wildman Ball à frente, em Washington, pede um relatório para Gordon, que se prontifica afirmando que Kruel e o Segundo Exército, mais o Quarto Exército de Pernambuco declararam rebelião. O “Quarto Exército assumiu o palácio do governador em Recife”.⁴⁶ O Segundo Exército deslocou-se para a cidade de Resende, fronteira do Rio com São Paulo e o alto comando resolveu não intervir nos acontecimentos. O general Oromar Osório, não permitiu que prendessem Lacerda, que estava no Palácio da Guanabara. Leonel Brizola ocupara as estações de Rádio no Rio Grande do Sul. Gordon fala do movimento do Terceiro Exército do sul, leal a Goulart, em direção à São Paulo e que o Congresso está prestes a “legitimar” a rebelião após a resolução militar. De acordo com Gordon, os revoltosos podem precisar de combustível para navios e submarinos e “CGT convocou greve geral em âmbito nacional, mas sem efeitos visíveis em São Paulo”. Kubitschek fala do risco de uma ditadura e que Goulart não quis se afastar da CGT e nem dos comunistas, “pois seria um sinal de fraqueza” que ele não estava disposto a pagar.⁴⁷ Sobressai nessa conferência a preocupação constante de Gordon com o “problema da legitimidade”.

O direito, as leis e a justiça devem legitimar a ação política, por isso a preocupação de Gordon. O Congresso deve legitimar o golpe, mesmo que esconda a fraqueza burguesa (NEUMANN, 2014, p. 63). O problema da legitimidade é retomado numa comunicação do Departamento de Estado para a embaixada no Rio de Janeiro. De acordo com George Ball, de Washington, há a necessidade do “estabelecimento de algum tipo de legitimidade” e o pedido de reconhecimento dos EUA, que deverá ser seguido por um “governo constitucional” (GASPARI, 2014, p. 102). A insistência na legitimidade, operacionalizada na lei e numa emenda à constituição, mostra a preocupação da política externa dos Estados Unidos de ser reconhecida como democrática. Efetivado o golpe, deve-se passar a imagem de autoridade legítima. Para ascender à legitimidade, é exigido o reconhecimento de que “Goulart praticou atos inconstitucionais”, que a presidência deve ficar com quem está na “linha da sucessão”, e que há necessidade da reivindicação pela “autoridade do Legislativo”. Os “governadores estaduais” devem reconhecer também o novo momento político. O novo governo deve ser reivindicado por um civil, e só no último recurso deve se aceitar uma “junta militar”. Observa-se que a questão da junta já estava posta muito antes, sendo a possibilidade agora aventada como último recurso. Como a lei e o direito garantem as ações da violência legítima, a autoridade do legislativo deve ser sancionada. O embaixador dos EUA sugere um novo ordenamento jurídico para respaldar os interesses políticos vitoriosos em março de 1964, pois os governantes precisavam do direito para

46 Teleconferência entre o Departamento de Estado e a Embaixada no Brasil. 01/04/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d201>. Acesso em: 05 de mar. 2021.

47 *Idem.*

dar legitimidade à suas ações, prefigurando a *politischer Mehrwert* (mais-valia política) (SCHMITT, 1978).

De acordo com o *script*, o Congresso deveria ser reunido e declarar que o poder estava “vago”. De fato, foi isto que o presidente da Câmara dos Deputados Paschoal Ranieri Mazzilli fez, autodeclarando-se Presidente do Brasil, chancelado pelos EUA.⁴⁸ O reconhecimento do novo governo, liderado por Mazzilli, foi imediato pelos Estados Unidos. Enquanto era secretário interino do Departamento de Estado, Ball disse que reconheceu o novo governo sob a insistência de Gordon. No entanto, ele afirma em suas memórias que sabia que Goulart não estava fora do país e que ele estava se arriscando (BALL, 1982, p. 429). Conforme Ball, o reconhecimento teve um efeito eficaz no desenvolvimento do golpe. O embaixador Gordon saudou o 1º de abril de 1964, dizendo que o acontecimento facilitaria a realização dos ideais da Aliança para o Progresso e que marcaria no calendário o evento tão importante quanto o Plano Marshall e a resolução da crise dos mísseis em Cuba (SKIDMORE, 1982, p. 397). Entusiasmo igualmente saudado pelo Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos Thomas Mann, no dia 3 de abril, em comunicação com o Presidente Johnson: “Mann: Espero que V. Exa. esteja tão feliz em relação ao Brasil como estou eu. Lyndon B. Johnson: Estou. Mann: Penso que é o mais importante que ocorreu no hemisfério em três anos” (RAPOPORT e LAUFER, 2000, p.79).

No editorial “Ressurge a Democracia”, do dia 2 de abril de 1964, o jornal *O Globo* exalta a democracia, a lei e a ordem e critica a falta de indisciplina na Marinha.⁴⁹ Nesse mesmo dia o Departamento de Estado dos EUA estabelece uma teleconferência com o embaixador Gordon, na qual este reforça a necessidade da importância da “cor de legitimidade” ao golpe. Gordon, no entanto, mostrou-se preocupado com a questão da legalidade jurídica dos atos cometidos. Agora precisa fazer uma série de remendos institucionais. Gordon afirma que está “preocupado com a situação jurídica questionável em torno da instalação

48 Teleconferência entre o Departamento de Estado e a Embaixada no Brasil. 02/04/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d205>. Acesso em: 08 de mar. 2021.

49 Segundo o diário, graças às “Forças Armadas, que obedientes aos seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável”. CARTA MAIOR. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-manchetes-do-golpe-militar-de-1964/4/15195>. Acesso em: 17/03/2021. O editorial afirma que João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina da Marinha de Guerra, perdendo o comando das corporações militares. *O Globo*, no dia 31 de agosto de 2013, assumiu que o “apoio editorial ao golpe foi um erro.” Segundo o jornal carioca “*O Globo*, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, para citar apenas alguns”. O jornal repete, quase 50 anos depois, a cantilena orquestrada para justificar a interrupção do mandato de João Goulart: “Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros - Cabo Ancelmo à frente -, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu”. O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>). Acesso em: 08/03/2021.

matutina de Mazzilli como presidente interino”.⁵⁰ A declaração do Presidente do Senado, Moura Andrade, de que a vaga da presidência não foi apoiada pelo voto do Congresso, deixa a questão da legitimidade em aberto. Gordon lembra que o “presidente da Suprema Corte presidiu o juramento de Mazzilli, mas não foi apoiado pelo voto da Suprema Corte”⁵¹ (GASPARI, 2014, p. 116). O embaixador mobiliza alguns líderes para que haja algum tipo de legitimação pelo Congresso com alguma votação. Enquanto isso, o embaixador aconselha Dean Rusk a procurar “vários líderes do Congresso para falar da importância deles do ponto de vista internacional da clara legitimação do Congresso”.⁵²

Diante do problema da legitimidade de Mazzilli, George Ball tira uma carta da manga: reconhecer o novo governo como continuação do último. Assim, mesmo que Mazzilli não tenha sido reconhecido com votação pelo congresso, é o legítimo na ordem da sucessão presidencial, segundo a reflexão de Ball. Ele explicou ao presidente “que provavelmente não teremos um problema de reconhecimento porque este será o mesmo governo e evitará o reconhecimento de um novo governo. Trataremos esse governo como uma continuação do antigo”.⁵³ Menos de 24 horas depois do golpe, os Estados Unidos reconheceram o novo governo. Num memorando da CIA, Washington exultava o seu “homem de confiança”, o Marechal Humberto Castello Branco, que deveria suceder Mazzilli no comando do país. A destituição de Goulart obstaculizaria os interesses da União Soviética no Brasil, logrando êxito para conjurar as “grandes ameaças à estabilidade política”. Castello Branco tinha mais trânsito com os Estados Unidos por ter participado como chefe de operações ao lado dos aliados na II Guerra Mundial. Deposto o Presidente Goulart, Washington reconheceu o regime militar tão rapidamente que até levantou suspeitas no resto do mundo de que estivesse diretamente envolvido no golpe. Tanto que, no golpe contra o chileno Salvador Allende, em 1973, a Casa Branca transmitiu seu apoio ao general Pinochet, mas esperou um “intervalo decente” antes de manifestar publicamente seu reconhecimento (KORNBLUH, 2004).

Em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, no dia 2 de abril, o secretário Ball falou do problema da legalidade da posse de Mazzilli como presidente por um Congresso subrepresentativo. A esperança era que Mazzilli ocuparia “o cargo por trinta dias, durante os quais o Congresso elege um presidente até as eleições nacionais programadas para 1965”.⁵⁴ A Constituição brasileira não tinha os dispositivos

50 Teleconferência entre o Departamento de Estado e a Embaixada no Brasil. 02/04/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d205>. Acesso em: 08 de mar. 2021.

51 *Idem*.

52 *Idem*.

53 Resumo da 525^a Reunião do Conselho de Segurança Nacional. 02/04/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d206>. Acesso em: 08 de mar. 2021.

54 *Idem*.

necessários para destituir um presidente, o que levantou o problema dos tribunais brasileiros decidir posteriormente de ser ilegal a retirada da presidência de Goulart. O Secretário Dean Rusk comentou que, se o Brasil desse certo, o resultado seria benéfico para o problema cubano e a situação política no Chile.⁵⁵ De fato, o envolvimento dos Estados Unidos na orquestração da derrubada de Allende contou com uma estrutura mais sofisticada e planos de ação mais eficientes na política e na eliminação da oposição (MONIZ BANDEIRA, 2008). Gordon volta a enfatizar a necessidade da “cor de legitimidade” pelo congresso num outro telegrama para o Departamento de Estado no dia 7 de abril. Ele reconhece que embora haja a necessidade de “uma eliminação eficaz de verdadeiros subversivos, as aparências jurídicas são altamente importantes”⁵⁶

Gordon estava de acordo com a perda da liberdade e a cassação de mandatos de deputados da esquerda: “Existe um problema real de vigoroso desejo da liderança militar da revolução em fazer um expurgo rápido e eficaz dos extremistas comunistas e outros extremistas subversivos em serviços públicos, sindicatos e Congresso”.⁵⁷ O paradoxo das falas de Gordon constitui a eminentemente necessidade da legitimidade do novo governo e a eliminação da oposição ao golpe. O próprio Carlos Lacerda achava improvável, no entanto, que alguma forma de ato institucional juridicamente questionável pudesse ser evitada.⁵⁸ Numa crise em que se derruba um governo, as perdas das garantias constitucionais seriam inevitáveis, segundo os líderes insurgentes. Gordon sabia da confecção do AI -1, pois utiliza expressões que constam do texto. De fato, o Ato Institucional afirma que “A revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma”.⁵⁹ No dia 10 de abril a embaixada dos EUA já antecipava os atos inconstitucionais que viriam pela frente para justificar a “revolução”: “A racionalização jurídica da revolução como contendo seu próprio poder constituinte inerente é uma afirmação prolífica que pode dar certo”⁶⁰

Os líderes golpistas, ao se declararem como revolucionários, colocaram a constituição sob sua guarda e intérpretes exclusivos, com o direito de baixar atos institucionais para

55 *Idem.*

56 Telegrama da Embaixada no Brasil ao Departamento de Estado. 07/04/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d209>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

57 *Idem.*

58 *Idem.*

59 PLANALTO. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 12 de mar. 2021.

60 Telegrama da Embaixada no Brasil ao Departamento de Estado. 10/04/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d211>. Acesso em: 16 de mar. 2021.

governar. A revolução “possui força normativa, inerente ao poder Constituinte”.⁶¹ O aparelho ostensivo iniciara os expurgos para governar sem oposição. Gordon justifica as medidas para seus superiores: “Embora não procuremos justificar processos extrajudiciais adotados pelos líderes revolucionários para realizar a ‘limpeza da operação’, um expurgo substancial estava claramente em ordem”.⁶² Numa manhã do dia 18 de abril, Lincoln Gordon conversa com Castello Branco sobre os rumos do novo governo. Ele sai da reunião com “a sensação de que esse era um começo muito auspicioso”.⁶³ A preocupação preponderante de Gordon nesta conversa era com a legitimidade e com a manutenção da Constituição, questões resolvidas com a implementação futura dos “atos institucionais”. A CIA continuou com a sua infiltração nos sindicatos e associações representativas da sociedade civil, além da manutenção de uma folha de pagamentos para alguns militares. O restante da inteligência será orquestrado pelo general Golbery do Couto e Silva.

Conclusão

O apoio dos EUA ao golpe e à futura ditadura, sobretudo no apoio à tortura⁶⁴, foram importantes por minar a ação das forças democráticas. Como podemos perceber, Lincoln Gordon ajudou na arquitetura, no planejamento, na logística, no apoio ao golpe. Não bastasse a campanha de desestabilização interna, havia também boicote externo. Tanto John Kennedy quanto Lyndon Johnson, seu sucessor, congelaram os empréstimos que Jango havia acertado com instituições internacionais. Com muito capital investido no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, os EUA podiam decidir quais propostas seriam aprovadas ou não. A título de exemplo, como o embaixador Gordon garantia que Goulart vivia sob influência do comunismo e o dinheiro iria para a guerrilha, o pedido de empréstimo de Jango era negado. Menos de um mês depois do golpe, os americanos aprovaram o envio de US\$ 1 bilhão para o Presidente Castello Branco, o que motivou o Banco Mundial e o FMI a também liberar recursos. Tudo já acertado anteriormente. Os documentos referentes aos golpes em outros países da América Latina mostram que a atuação norte-americana de suporte e incitação foi repetida.

Existe uma aparente contradição, em relação aos Estados Unidos, de ser um país orgulhoso de seus sólidos fundamentos democráticos e sua política externa de

61 PLANALTO. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 16 de mar. 2021.

62 *Idem.*

63 Telegrama da Embaixada no Brasil ao Departamento de Estado. 20/04/1964. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1964–1968, vol. XXXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d212>. Acesso em: 17 de mar. 2021.

64 CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-r-dp74b00415r000600090012-0>. Acesso em: 17 de mar. 2021.

promoção e aliança com ditaduras militares de direita. Esta contradição “resolveu-se” em duas alternativas entre os operadores de sua política externa. A primeira construiu um argumento apoiado na noção de que os países da América Latina não estavam maduros para viver a democracia. A segunda consistiu em empurrar para a direita o leque de opções, transformando os militares autoritários pró-EUA em “moderados”, tática viabilizada pela ameaça de um risco maior, representado pelo setor nacionalista de ultradireita. Como procuramos mostrar, Gordon foi mais do que um embaixador no Brasil, foi um ativista junto aos militares e um militante junto aos civis. Para desestabilizar o governo de João Goulart, ele empregou a tática de propaganda na imprensa, criando uma narrativa utilizada em todos os grandes jornais do período, com exceção do diário *Última Hora*. Gordon também orientou o discurso da legitimidade do novo regime, emendando a constituição de 1946 ou instruindo as bases do Ato Institucional de 9 de abril de 1964. A edição do Ato Institucional tentou resolver o problema da legitimidade ao afirmar que o “Poder Constituinte vem da revolução”, que caracterizou o golpe de 1964. Os Atos Institucionais estariam acima do poder legislador de uma Constituição e assim estiveram por duas décadas, a partir do AI-1.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Antônio de. *ESG, História de uma doutrina*. São Paulo: GRD, 1980.
- BALL, Georg Wildman. *The Past has Another Pattern: memoirs*. New York-London: Norton & Company, 1982.
- BESCHLOSS, Michael (Editor). *Taking charge. The Johnson White House Tapes, 1963-1964*, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *Sur le principe de légitimité*. Paris: PUF, 1967.
- CAMPOS, Roberto. *Lanterna na polpa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis: revolta e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COGGIOLA, Osvaldo. *América do Sul na era das ditaduras militares*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- COSTA COUTO, Ronaldo. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DANTAS, A. A mídia e o golpe militar. *Estudos Avançados*. São Paulo, 28 (80), 2014.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; SOARES, Celso Castro (Org.). *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- DREIFUSS, René A. 1964. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

- FAORO, Raymundo. *Assembleia Constituinte*: a legitimidade recuperada. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FARIA, José Eduardo. *Poder e Legitimidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b.
- FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.
- FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria P.; FERREIRA, Marieta de M.; VIZ QUADRAT, Samantha (org.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008b.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.
- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, Marcus F. A Política de Coação no Brasil Pós-64. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- FRANKEL, Max; SZULC, Tad; BURKS, Edward C. O golpe de 1964 nas páginas do New York Times. *Estudos Avançados*. São Paulo, 28 (80), 2014.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GORDON, Lincoln. Os EUA e a deposição de Goulart. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 de Setembro de 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.
- JOFFILY, Mariana, Documentos dos EUA referentes às ditaduras do Cone Sul: desafios metodológicos, ANPHLAC, Nº. 25, p. 275-302, Jul./Dez., 2018.
- KORNBLUH, Peter. *Pinochet: los archivos secretos*. Barcelona: Crítica, 2004.
- LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution. The United States and Brasil, 1961-1969*. Kent (Ohio) and London (England), 1990.
- MARTINS FILHO, João R. Forças Armadas e Política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-*

- 1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- NETTO, Araújo. Paisagem. In: DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.
- NEUMANN, Franz. A mudança da função da lei na sociedade burguesa. Tradução Bianca Tavolari. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 109, p. 13-87, 2014.
- PARKER, Phyllis. *1964: o Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- RAPOPORT, Mario e LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, n. 1, Brasília, Jan./jun. de 2000.
- ROUQUIÉ, Alain e SUFFERN, Stephen. Os militares na política latino-americana após 1930. In: BETHELL, Leslie. *A América Latina após 1930: Estado e Política*. Vol. VII. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2015.
- SCHMITT, Carl. Die Legale Weltrevolution. Politischer Mehrwert als Prämie auf juristische Legalität und Superlegalität. *Der Staat*, Bd. 17, Nr. 3, 1978, pp. 321-339.
- SILVA, H. *1964 – Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil. De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia: As falácias do revisionismo, *Crítica Marxista*. São Paulo, 19, 2004a.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O Golpe Contra as Reformas e a Democracia Populista. *Revisão de Sociologia e Política*, São Paulo, 2004b.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: *Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no populismo*. Campinas, UNICAMP. 1997.
- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à Brasileira - 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014.
- [WALTERS, Vernon A. *Missões Silenciosas*. Tradução de Heitor A. Herrera. Rio de Janeiro: Record, 1980.](#)

Recebido em: 15/03/2020

Aprovado em: 29/05/2023